

## **BOLETIM 734**

**Brasília, 14 de fevereiro de 2019**



## **Bloco de oposição na Câmara se une a sindicalistas para barrar reforma da Previdência**

O governo Bolsonaro ainda não apresentou sua proposta de reforma da Previdência na Câmara, mas os trabalhadores, servidores públicos, aposentados, sindicalistas e diversas entidades da sociedade civil reuniram-se nesta quarta-feira (13) com parlamentares que integram o bloco de oposição liderado pelo PSB, PDT e PCdoB, na Câmara dos Deputados, para organizar ações contra a reforma da Previdência.

A reunião contou com a participação de entidades como a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), o Fórum Sindical dos Trabalhadores, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, a Associação Nacional

dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), a Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (COBRAPOL), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e a Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), entre outras.

Durante o ato, os parlamentares e lideranças das entidades debateram e deliberam estratégias de enfrentamento à reforma da Previdência, que deverá ser apresentada ao Congresso nos próximos dias pelo governo.

O deputado André Figueiredo, líder do PDT na Câmara, que dirigiu a reunião, afirmou que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), garantiu que não haverá atropelo do regimento.

O líder do PCdoB na Câmara, deputado Orlando Silva (SP), destacou que “nosso desafio será ter capacidade de atrair novos partidos para se somar nesse movimento em defesa do Brasil e dos direitos dos trabalhadores”. O parlamentar lembrou que PT e PSOL devem se somar ao movimento, mesmo ausentes na reunião desta quarta-feira.

O líder do PSB na Câmara, deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), destacando que o PSB quer aprofundar o debate sobre a Previdência Social, disse: “Nós queremos fazer um debate profundo, largo e honesto. Sem atropelo, que não se admita o rolo compressor que muitas vezes se quer imprimir nesta Casa”, disse Alencar.

Também falaram no evento a deputadas Jandira Feghalli (PCdoB/RJ) e Alice Portugal (PCdoB – BA), e os deputados Mauro Benevides Filho (PDT/CE), Paulo Ramos (PDT – RJ) e Daniel Almeida (PCdoB-BA).

Paulo Vinicius da Silva, da CTB, destacou a necessidade de ampliação do grupo de parlamentares contrários à reforma. “Precisamos falar com todos os deputados para ampliar o número de votos. Vamos vencer essa luta com povo nas ruas”, disse.

O presidente da CGTB, Ubiraci Dantas de Oliveira destacou que deve ser desmascarada por completo a fabricação do déficit da Previdência e denunciou que a previdência está sendo roubada, através da Desvinculação de Receitas da União (DRU), desonerações e sonegação por parte das empresas.

Segundo o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, “a reforma da Previdência não é para melhorá-la, para melhor geri-la, pois se fosse isto, era só usar a CPI da Previdência – que foi aprovada por unanimidade no Senado”.

*Fonte: Portal HP*

## Oposição impede criminalização de movimentos sociais

Após intensa articulação, partidos de Oposição conseguiram retirar do Projeto de Lei 10431/18 a possibilidade de criminalização de movimentos sociais. O texto trata do cumprimento imediato pelo Brasil das sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas relacionadas ao crime de terrorismo. No entanto, um artigo dava brecha para que o governo classificasse os



movimentos sociais como terroristas e foi alvo de debate entre os parlamentares.

As negociações foram feitas com o relator da matéria, deputado Efraim Filho (DEM-PB), que concordou em mudar três artigos do PL, sendo um deles o que atribuía aos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores o bloqueio de ativos dos acusados por ligações com o crime de terrorismo, em que houvesse consulta ao Poder Judiciário.

Para os partidos de Oposição, esses procedimentos atribuíam muito poder às referidas Pastas e poderiam prejudicar movimentos sociais, sobretudo, num governo de ultradireita.

Para o líder do PCdoB na Câmara, deputado Orlando Silva (SP), a negociação foi uma vitória. “Nosso embate no Plenário da Câmara foi para evitar que a Lei Antiterrorismo virasse um mecanismo para perseguições a movimentos sociais legítimos que lutam por direitos”, disse.

Orlando Silva disse que tão importante quanto o combate ao terrorismo internacional é o combate ao terrorismo como política oficial de Estado. “Então, ao alterarmos o texto, retiramos a possibilidade do uso político para perseguir movimentos sociais no Brasil”, explicou. Após o acordo, o texto foi aprovado pelo Plenário da Câmara e segue para análise do Senado.

*Fonte: Portal HP*



## Bolsonaro diz que hoje “bate o martelo” sobre reforma da Previdência

O presidente Jair Bolsonaro disse que pretende “bater o martelo” hoje (14) sobre a proposta da reforma da Previdência que será encaminhada pelo governo federal ao Congresso. Segundo ele, será fixada a idade mínima de 62 ou 65 anos para homens e 57 ou 60 anos para mulheres, incluindo um período de transição.

A definição depende de uma reunião que Bolsonaro terá à tarde com a equipe econômica. Ele também afirmou que as regras aplicadas às Forças Armadas serão estendidas aos policiais militares e bombeiros.

“Eu não gostaria de fazer a reforma da Previdência, mas sou obrigado a fazer, do contrário o Brasil quebrará em 2022 ou 2023”, afirmou o presidente em entrevista exclusiva à TV Record na noite de ontem (13).

Bolsonaro não adiantou qual será a idade mínima para homens e mulheres, mas assegurou que o período de transição será fixado. No caso da idade mínima maior – 60 anos para mulheres e 65 para homens, a transição será de 2022 a 2023. “Vou conversar com a equipe econômica”, acrescentou.

Bolsonaro disse ainda que acompanha a investigação sobre quatro filiadas ao PSL, legenda do presidente, por suspeita de terem atuado como “laranjas” para o desvio de dinheiro público destinado ao partido. Matérias veiculadas na imprensa associam o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno, a essa prática. Bolsonaro disse que Bebianno responderá pelo que for responsabilizado.

*Fonte: Agência Brasil*

## Proposta deve ficar pronta até o carnaval

O governo deve fechar a proposta de reforma da Previdência Social até o carnaval. “Nós vamos conversar ao longo deste fim de semana, início da semana que vem. Eu acho que antes do carnaval deve estar pronto”, disse o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Onyx fez o encerramento de um encontro com empresários em Brasília, que mais cedo recebeu o vice-presidente Hamilton Mourão.

O ministro disse que permanecerão separados os sistemas de Previdência (descrito nos artigos nº 201 e 202 da Constituição) e de Assistência Social (artigo nº 203). Segundo Onyx, há uma “preocupação em ser um processo em que haja esse olhar fraterno para as pessoas”.

Na palestra aos empresários, Onyx assinalou que “ao separar Previdência da assistência, ela [a reforma] vai ser responsável”, e que “quem faz Previdência faz um seguro que tem que ser respeitado”. O ministro não detalhou valores a serem pagos como no caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

**Economia** - Aos empresários, o ministro confirmou a estimativa de economia de gastos públicos de R\$ 1,2 trilhão em dez anos com a reforma e de que, com a adoção do regime de capitalização individual dos segurados, o percentual de poupança da economia brasileira deverá passar dos atuais 15,5% do PIB para 20%.

*Fonte: Agência Brasil*

## FST debate resistência à retirada de direitos e quer reunião com Bolsonaro

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) se reuniu esta semana, em Brasília, na sede da CNTEEC, a fim de debater meios de enfrentar a onda de ataques à classe trabalhadora.

O custeio, por meio da assistencial e da sindical, foi mais uma vez validado como de extrema importância para manutenção das entidades que defendem suas categorias.

Oswaldo Augusto Barros, coordenador nacional do FST e presidente da CNTEEC, explica a posição relativa ao custeio.

Ele diz: "A resistência do movimento sindical depende de meios e o meio principal são as contribuições recebidas das categorias. É essa base que possibilita a luta para manter as cláusulas sociais, a legislação trabalhista e realizar tratativas visando a assinatura de Convenções Coletivas de Trabalho".

**Previdência** - O Fórum Sindical também deliberou atuar em campanhas contra o desmanche da Previdência pública, a fim de assegurar a proteção aos segurados. Para o FST, a reforma deve começar pelo fim dos privilégios de determinados setores que se valem de pomposas aposentadorias, fortalecendo o discurso sobre pseudorrombo da Previdência.

O encontro acertou os detalhes finais de documento das Confederações, a ser entregue ao presidente Jair Bolsonaro. O objetivo é buscar uma agenda junto ao governo rumo à retomada do crescimento econômico, da geração de empregos e valorização do trabalho.

*Fonte: Agência Sindical*



## Paim: combate a fraude não prevê defesa de segurado do INSS

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou, nesta quarta-feira (13), que a Medida Provisória (MPV) 871/2019 trará insegurança financeira aos trabalhadores que ficarem impedidos de exercer as atividades laborais, temporária ou permanentemente. A medida altera regras de concessão de pensão por morte, auxílio-reclusão e aposentadoria rural e, segundo o governo federal, pode gerar economia aos cofres públicos de R\$ 9,8 bilhões apenas no primeiro ano de vigência.

O objetivo declarado é combater fraudes em benefícios previdenciários, mas para o senador, a MP apenas propõe medidas de suspensão do benefício, sem assegurar formas adequadas de defesa para os trabalhadores que estejam nessa situação.

O parlamentar citou a pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que aponta o Brasil como o quarto pior país em segurança no trabalho. "É um dos que mais mata, mutila e adoce trabalhadores", destacou Paulo Paim.

*Fonte: Agência Senado*

## OIT projeta redução lenta do desemprego no Brasil

A forte recuperação do emprego na América Latina não deve resultar no mesmo ritmo de melhora no mercado de trabalho no Brasil, afirma a OIT (Organização Internacional do Trabalho) em relatório recente. O caso do Brasil é de ordem estrutural: a informalidade e a má qualidade do emprego continuam pesando forte nos indicadores do trabalho no país. Com isso, o Brasil deve ficar para trás e reduzir muito lentamente a taxa de desemprego, atualmente em 12,5%.

A reportagem do jornal Valor destaca que "o Brasil, a taxa [de informalidade] é de 46%, e, no México, de 53,4%. No total, 2 bilhões de pessoas ocupavam um trabalho informal em 2016, representando 61% da mão-de-obra mundial."

A matéria ainda informa que "a maior parte das vagas criadas na América Latina e no Caribe nas últimas décadas foi no setor de serviços, que representa hoje 40% do total de empregos na região, comparado a 12% na manufatura. Com exceção das atividades financeiras, a informalidade continua propagada nos vários segmentos de serviços. A região, com uma das maiores taxas de informalidade no emprego, tem também uma das mais elevadas incidências de "pobreza multidimensional" (múltiplas carências)."

E complementa: "o número de pessoas na pobreza extrema ou moderada na América Latina, vivendo com algo entre US\$ 1,90 e US\$ 3,00 por dia, deve em todo caso cair ligeiramente de 19,6 milhões neste ano para 18,7 milhões em 2020, se as boas perspectivas econômicas se confirmarem.



Globalmente, havia 172 milhões de desempregados no ano passado, o que corresponde a uma taxa de 5%. Foi necessário apenas um ano para o desemprego mundial passar de 5% em 2008 para 5,6% em 2009, mas o retorno aos níveis de antes da crise financeira global demorou nove anos."

Fonte: Brasil247

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLD PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**